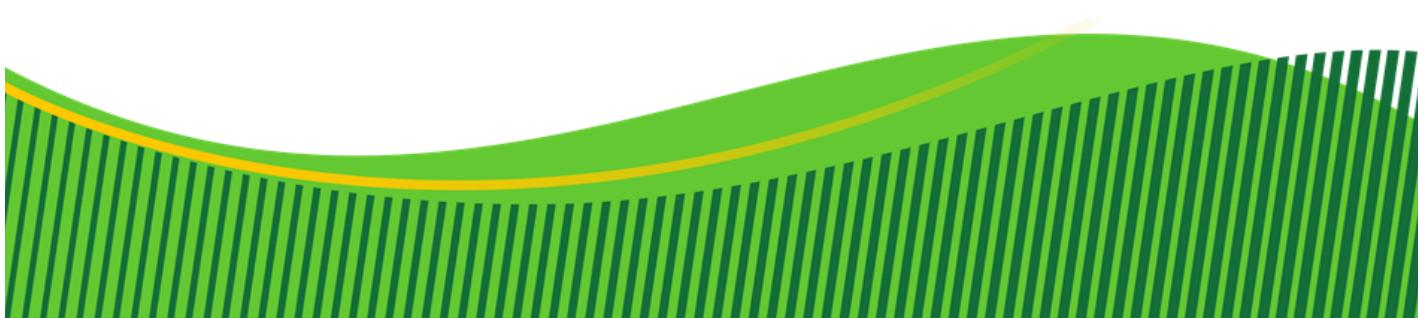


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Vanguarda da Região das
Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba -
Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
Medianeira - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

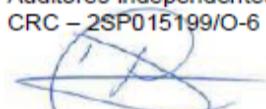
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 9 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	117.082	109.775
Carteira de Crédito *	1.078.394	1.124.713
Depósitos	996.455	1.271.290
Patrimônio Líquido	328.669	322.771
Capital	106.816	117.700
Resultado Antes das Destinações	36.435	59.411
Rentabilidade do PL	11,09%	18,41%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		1.716.637	1.481.585	CIRCULANTE		793.403	625.349
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	26.265	18.467	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	282.594	240.375
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	-	15	Depósitos à Vista		229.899	203.491
Aplicações em Depósitos de Poupança		-	15	Depósitos a Prazo		52.695	36.884
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		795.407	735.399	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		391.000	295.513
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		39	15	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		167	1
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		108	15	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	390.833	295.512
Correspondentes no país		1.639	1.531	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.641	1.749
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	793.621	733.838	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.641	1.749
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	820.524	670.927	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	16.437	13.254
Operações de Crédito		855.878	704.825	Empréstimos País - Outras Instituições		16.437	13.254
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(35.354)	(33.898)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		100.731	74.458
OUTROS CRÉDITOS		66.170	48.535	Cobrança e Arrecadação de Tributos		471	310
Créditos por Avais e Fianças Honrados		691	410	Sociais e Estatutárias		7.676	6.302
Rendas a Receber		3.221	4.126	Fiscais e Previdenciárias		2.422	2.206
Diversos	(NOTA 07)	65.544	45.727	Diversas	(NOTA 14)	90.162	65.640
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(3.286)	(1.728)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	8.271	8.242				
Outros Valores e Bens		10.105	8.574				
(Provisão para desvalorização)		(1.929)	(430)				
Despesas Antecipadas		95	98				
NÃO CIRCULANTE		418.040	296.299	NÃO CIRCULANTE		1.018.503	874.633
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		418.040	296.299	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.018.503	874.633
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	65	59	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	988.696	858.841
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		65	59	Depósitos a Prazo		988.696	858.841
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	304.189	208.422	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	24.459	10.444
Operações de Crédito		321.039	223.456	Repasses Interfinanceiros		24.459	10.444
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(16.850)	(15.034)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(NOTA 14)	5.348	5.348
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	64	323	Diversas		5.348	5.348
Diversos		65	325				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1)	(2)				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	44.345	39.117	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		322.771	277.902
Outros Investimentos		44.345	39.117	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	117.700	109.681
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	57.091	37.171	De Domiciliados no País		117.970	109.830
Imóveis de Uso		35.542	24.152	(Capital a Realizar)		(270)	(149)
Outras Imobilizações de Uso		44.093	30.343	RESERVAS DE SOBRAS		193.915	159.177
(Depreciação acumulada)		(22.544)	(17.324)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	12.286	11.207	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		11.156	9.044
Outros Ativos Intangíveis		22.514	18.641				
(Amortização acumulada)		(10.228)	(7.434)				
TOTAL DO ATIVO		2.134.677	1.777.884	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.134.677	1.777.884

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	119.207	16	119.223	234.162	36	234.198	207.239	13	207.252
Operações de Crédito	119.171	16	119.187	234.101	36	234.137	205.004	13	205.017
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	3	-	3	6	-	6	2.137	-	2.137
Resultado das Aplicações Compulsórias	33	-	33	55	-	55	98	-	98
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(70.029)	(1.227)	(71.256)	(143.180)	(2.251)	(145.431)	(150.407)	(1.463)	(151.870)
Operações de Captação no Mercado	(37.829)	(76)	(37.905)	(84.887)	(140)	(85.027)	(98.126)	(136)	(98.262)
Operações de Empréstimos e Repasses	(13.177)	(1.154)	(14.331)	(25.999)	(2.155)	(28.154)	(20.814)	(1.327)	(22.141)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(19.023)	3	(19.020)	(32.294)	44	(32.250)	(31.467)	-	(31.467)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	49.178	(1.211)	47.967	90.982	(2.215)	88.767	56.832	(1.450)	55.382
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	(27.283)	6.189	(21.094)	(40.615)	12.465	(28.150)	(13.716)	11.544	(2.172)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	12.315	14.854	27.169	23.224	28.855	52.079	19.568	22.053	41.621
Rendas de Tarifas Bancárias	9.884	-	9.884	18.367	-	18.367	14.993	-	14.993
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(34.569)	(3.029)	(37.598)	(66.163)	(5.495)	(71.658)	(54.970)	(3.520)	(58.490)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(32.925)	(3.920)	(36.845)	(63.290)	(7.432)	(70.722)	(53.265)	(5.466)	(58.731)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(461)	(763)	(1.224)	(981)	(1.486)	(2.467)	(825)	(1.125)	(1.950)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	39.480	532	40.012	89.528	631	90.159	101.554	1.346	102.900
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(21.007)	(1.485)	(22.492)	(41.300)	(2.608)	(43.908)	(40.771)	(1.744)	(42.515)
RESULTADO OPERACIONAL	21.895	4.978	26.873	50.367	10.250	60.617	43.116	10.094	53.210
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(1.551)	103	(1.448)	(1.339)	133	(1.206)	281	36	317
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	20.344	5.081	25.425	49.028	10.383	59.411	43.397	10.130	53.527
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.542	1.542	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	907	907	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	635	635	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	20.344	6.623	26.967	49.028	10.383	59.411	43.397	10.130	53.527
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	10.383	(10.383)	-	10.130	(10.130)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	20.344	6.623	26.967	59.411	-	59.411	53.527	-	53.527
DESTINAÇÕES	-	-	-	(48.255)	-	(48.255)	(44.483)	-	(44.483)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(11.286)	-	(11.286)	(12.152)	-	(12.152)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.231)	-	(2.231)	(1.809)	-	(1.809)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(31.238)	-	(31.238)	(25.324)	-	(25.324)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)	(5.198)	-	(5.198)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	11.156	-	11.156	9.044	-	9.044

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba -
Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	96.779	128.655	6.489	231.923
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.390	-	(6.390)	-
Outras destinações	-	-	(99)	(99)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.449	-	-	4.449
Baixas de capital	(5.041)	-	-	(5.041)
Resultado do período	-	-	53.527	53.527
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.809)	(1.809)
Reserva Legal - Estatutária	-	25.324	(25.324)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.104	-	(12.152)	(5.048)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.198	(5.198)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	109.681	159.177	9.044	277.902
Mutações do Período	12.902	30.522	2.555	45.979
Saldos no início do período em 01/01/2017	109.681	159.177	9.044	277.902
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.550	-	(8.837)	(5.287)
Outras destinações	-	-	(207)	(207)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.795	-	-	4.795
Baixas de capital	(5.851)	-	-	(5.851)
Resultado do período	-	-	59.411	59.411
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.231)	(2.231)
Reserva Legal - Estatutária	-	31.238	(31.238)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.525	-	(11.286)	(5.761)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.500	(3.500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	117.700	193.915	11.156	322.771
Mutações do Período	8.019	34.738	2.112	44.869
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	112.371	159.177	32.444	303.992
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.398	-	-	2.398
Baixas de capital	(2.594)	-	-	(2.594)
Resultado do período	-	-	26.967	26.967
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.231)	(2.231)
Reserva Legal - Estatutária	-	31.238	(31.238)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.525	-	(11.286)	(5.761)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.500	(3.500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	117.700	193.915	11.156	322.771
Mutações do Período	5.329	34.738	(21.288)	18.779

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi
Vanguarda PR/SP/RJ
CNPJ/MF nº 78.414.067/0001-60**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	35.346	72.431	63.851
Resultado do semestre/exercício	26.967	59.411	53.527
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.379	13.020	10.324
Provisão para operações de crédito	2.944	3.271	4.529
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.508	1.499	(5)
Provisão para desvalorização de outros créditos	2.155	1.558	801
Depreciação do imobilizado de uso	2.752	5.251	3.763
Amortização do intangível	1.375	2.794	1.635
Baixas do ativo permanente	6	12	320
Provisão para passivos contingentes	251	317	440
Destinações ao FATES	(2.231)	(2.231)	(1.809)
Dividendos SicrediPar	(381)	549	650
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	45.419	41.744	182.255
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3)	9	19.875
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	15.948	(25)	19
(Aumento) Redução em créditos vinculados	485	(92)	(15)
(Aumento) em relações com correspondentes	(48)	(108)	(189)
(Aumento) em operações de crédito	(199.727)	(248.637)	(94.504)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	102.481	109.503	70.355
(Aumento) em outros créditos	(12.082)	(19.482)	(10.062)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	98	(1.527)	(3.949)
Aumento em depósitos	110.557	172.073	187.562
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	362	892	(426)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	686	3.183	(1.573)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(618)	(1.809)	(1.298)
Aumento em outras obrigações	27.280	27.764	16.460
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	80.765	114.175	246.106
Aquisição de Investimentos	-	(5.228)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(13.297)	(25.183)	(8.758)
Aplicações no Intangível	(2.241)	(3.872)	(3.408)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(15.538)	(34.283)	(12.166)
Integralização de capital	2.398	4.795	4.449
Baixa de capital	(2.594)	(5.851)	(5.041)
Juros ao capital próprio	(5.761)	(5.761)	(5.048)
Distribuição de Sobras	-	(5.494)	(99)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.957)	(12.311)	(5.739)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	59.270	67.581	228.201
Caixa e equivalente de caixa no início do período	760.616	752.305	524.104
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	819.886	819.886	752.305

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 17/11/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor visualização da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(152.036)	166	(151.870)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(31.633)	166	(31.467)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.006)	(166)	(2.172)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(60.698)	1.967	(58.731)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(40.382)	(2.133)	(42.515)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	26.265	18.467
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	793.621	733.838
Total	819.886	752.305

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos de Poupança	-	15
Total circulante	-	15

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	65	59
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	65	59
Total realizável a longo prazo	65	59

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	395.835	215.869	611.704	449.833
Financiamentos	98.066	80.433	178.499	166.750
Financiamentos rurais e agroindustriais	361.977	24.737	386.714	311.698
Carteira total	855.878	321.039	1.176.917	928.281

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	691	-	691	410
Devedores por compra de valores e bens	667	62	729	906
Títulos e créditos a receber (i)	52.157	3	52.160	32.330
Total	53.515	65	53.580	33.646

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	-	3	-	-
Nível A	0,50	511.778	619.824	2.559	3.099
Nível B	1,00	472.493	189.230	4.835	1.892
Nível C	3,00	138.006	58.157	4.140	1.745
Nível D	10,00	50.836	36.030	5.084	3.603
Nível E	30,00	18.586	14.236	5.576	4.270
Nível F	50,00	9.023	12.520	4.512	6.260
Nível G	70,00	3.300	7.113	2.310	4.979
Nível H	100,00	26.475	24.814	26.475	24.814
Total (i)		1.230.497	961.927	55.491	50.662

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	12.455	97.758	110.741	128.441	349.395
Rural	900	67.761	293.316	24.737	386.714
Industrial	262	13.414	19.950	14.799	48.425
Comércio	3.859	71.890	101.156	80.414	257.319
Outros Serviços	2.121	41.225	72.585	72.713	188.644
Total	19.597	292.048	597.748	321.104	1.230.497
					961.927

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	124.322	10,10	120.657	12,54
50 devedores seguintes	137.535	11,18	107.153	11,14
100 devedores seguintes	111.483	9,06	88.691	9,22
Demais	857.157	69,66	645.426	67,10
Total	1.230.497	100	961.927	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	50.662	45.332
Constituição de provisão	32.250	31.467
Movimentação de baixados para prejuízo	(27.421)	(26.137)
Saldo final	55.491	50.662

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 12.192 (2016 - R\$ 6.721), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 30.196 (2016 - R\$ 14.150).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	488	411
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	5.997	5.997
Devedores por compra de valores e bens	667	583
Devedores por depósitos em garantia	1.917	1.819
Impostos e contribuições a compensar	1.611	1.323
Títulos e créditos a receber	52.157	32.328
Valores honrados	171	150
Operações com cartões	359	178
Pendências a regularizar	551	127
Outros	1.626	2.811
Total Circulante	65.544	45.727

Devedores por compra de valores e bens	62	323
Títulos e créditos a receber	3	2
Total realizável a longo prazo	65	325

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	10.092	8.567
Imóveis	8.963	8.005
Veículos e afins	86	37
Máquinas e equipamentos	237	-
Bens em regime especial	806	525
Material em estoque	13	7
Despesas antecipadas	95	98
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.929)	(430)
Total Circulante	8.271	8.242

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.929 (2016 - R\$ 430) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	23.562	18.591
Sicredi Participações S.A.	20.781	20.524
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	44.345	39.117

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	6.763.975 ON	6.680.721 ON	2	2	23.562.040	18.590.813
	14.017.200 PN	13.843.532 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,38%	2,36%	1,22%	1,27%	12,28%	11,70%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	20.781	20.524	2	2	23.562	18.591

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	79.635	(22.544)	57.091	37.171
Imobilizações em curso	-	3.710	-	3.710	418
Terrenos	-	2.977	-	2.977	1.477
Edificações	4%	32.565	(5.451)	27.114	18.434
Instalações	10%	8.942	(3.297)	5.645	5.444
Móveis e equipamentos de uso	10%	15.581	(4.993)	10.588	6.227
Sistema de comunicação	10%	2.556	(733)	1.823	1.261
Sistema de processamento de dados	20%	10.570	(6.851)	3.719	2.837
Sistema de segurança	10%	1.613	(781)	832	530
Sistema de transporte	20%	1.121	(438)	683	543
Intangível (i)		22.514	(10.228)	12.286	11.207
Investimentos Confederação		22.514	(10.228)	12.286	11.207
Total		102.149	(32.772)	69.377	48.378

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	229.899	-	-	229.899	203.491
Depósitos a prazo	20.076	32.619	988.696	1.041.391	895.725
Total	249.975	32.619	988.696	1.271.290	1.099.216

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	390.833	295.512
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	390.833	295.512
Total circulante	390.833	295.512
Recursos do Crédito Rural	24.459	10.444
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	24.459	10.444
Total exigível a longo prazo	24.459	10.444

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,75% a.a. com vencimentos até 15/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	16.437	13.254
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	16.437	13.254
Total circulante	16.437	13.254

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	4.004	5.428
Obrigações por convênios oficiais	31	32
Provisão para pagamentos a efetuar	17.809	14.890
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	1.870	1.553
Outras Contingências	13	12
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	6.382	6.084
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	320	550
Pendências a regularizar	377	238
Operações com cartões	50.419	30.780
Demais fornecedores	3.081	2.176
Credores diversos	5.856	3.897
Total circulante	90.162	65.640
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	5.348	5.348
Total exigível a longo prazo	5.348	5.348

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	1.278	1.493	(1.098)	1.673
Cível	262	229	(294)	197
Tributária	13	-	(13)	-
Total	1.553	1.722	(1.405)	1.870

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	1.673	1.278
Cível	Provável	197	262
Tributária	Provável	-	13
Total		1.870	1.553

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 2.184; R\$ 1.031 e R\$ 110 (2016 - R\$ 10, R\$ 515 e R\$ 445), respectivamente.

(i) A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processo administrativo versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. O processo encontra-se em fase de Impugnação tramitando junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Matelândia, atingindo o valor de R\$ 110, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	117.700	109.681
Total de associados	109.775	103.794

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 8.019 (2016 – R\$ 12.902), sendo R\$ 9.075 (2016 – R\$ 13.494) via integralização de resultados e R\$ 4.795 (2016 – R\$ 4.449), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.851 (2016 – R\$ 5.041).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,11% em 50% em Conta Capital e 50% em Conta Corrente, no montante de R\$ 11.286, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vanguarda da Região das Cataratas do Iguaçu e Vale do Paraíba - Sicredi Vanguarda PR/SP/RJ, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	59.411	53.527
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(24.953)	(22.481)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	147	43
Provisão PPR	105	52
Receita com atos cooperativos	20.592	18.227
Juros sobre capital próprio	4.740	5.104
Outros	(631)	(945)
Subtotal	24.953	22.481
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	65	74
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	793.621	733.838
Outros Créditos - Rendas a receber	2.329	2.067
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	6.934	7.270
Investimentos (Nota 09)	44.345	39.117
Intangível (Nota 10)	12.286	11.207
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	415.292	305.956
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	16.437	13.254
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	50.346	30.291
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	5.668	5.898
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6	2.136
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	13.288	11.965
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	79.444	89.264
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	28.154	22.141
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	3.410	2.815
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	25.006	20.500

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	68	0,03%	154
Depósitos a prazo	372	0,04%	878
Operações de crédito	1.981	0,17%	1.603

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	4.295	4.228

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	1.761	1.871
Despesa de aluguéis	5.995	4.628
Despesa de comunicação	3.485	2.994
Despesa de manutenção e conservação	5.440	4.288
Despesa de material	1.127	910
Despesa processamento dados	1.213	775
Despesa de promoções e relações públicas	7.804	6.777
Despesa de propaganda e publicidade	2.078	2.334
Despesa de seguro	1.214	863
Despesa de serviços do sistema financeiro	8.652	7.405
Despesa de serviços de terceiros	3.272	2.912
Despesa de serviços de vigilância e segurança	3.724	3.130
Despesa de serviços de técnicos especializados	4.297	2.760
Despesa de serviços de transpostes	5.123	4.208
Despesa de viagem	1.912	1.726
Outras despesas administrativas	13.625	11.150
Total	70.722	58.731

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	4.226	5.239
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	77.522	86.552
Reversão de provisões operacionais	5.773	8.247
Outras rendas operacionais	2.638	2.862
Total	90.159	102.900

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.474	2.510
Contribuição O.C.E.	192	175
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.478	3.276
Contribuição Confederação Sicredi	16.143	11.585
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.922	1.654
Encargos da administração financeira	438	471
Repasso administradora de Cartões	1.747	1.595
Depreciação e amortização	2.794	1.653
Outras provisões operacionais	6.110	8.689
Outras despesas operacionais	8.610	10.907
Total	43.908	42.515

NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	300.690	289.484
Coobrigações em cessões de crédito	242	-
Total	300.932	289.484

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	317.532	277.350
Nível I (NI)	314.131	272.632
Capital principal - CP	314.131	272.632
Capital social	117.700	109.681
Reservas de capital	193.915	159.177
Lucros acumulados	11.156	9.044
Ajustes Prudenciais	(8.640)	(5.270)
Nível II (NII)	3.401	4.718
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	3.401	4.718
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.746.543	1.381.177
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.967	2.665
Margem de Capital (i)	131.178	138.294
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,18%	20,08%
Situação de Imobilização (Imob)	60.737	43.110
Índice de Imobilização (Imob / PR)	19,13%	15,54%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Aldo Dagostim
Diretor Executivo
CPF: 557.063.559-91

Antônio Clarindo Sobrinho
Diretor de Operações/Contador
CPF: 615.552.409-25
CRC: PR-049071/O-3